

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XIX
VOLUME 31
(JUL-DEZ)
2019
P. 97-123.

REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA NO ÂMBITO DO ENSINO DE HISTÓRIA: ALGUMAS QUESTÕES DE ANÁLISE DOS CONTEÚDOS

Ivaldo Marciano França Lima¹

Professor Adjunto do Departamento de Educação da
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir as representações sobre o continente africano existentes no Brasil, e de como estas produzem estranhamentos com o objeto representado, no caso, a África. O artigo mostra como estas representações são produzidas no misto entre o senso comum, discursos dos movimentos sociais e mídias, e de como estas produzem efeitos no âmbito do ensino básico e superior. O artigo analisa a necessidade de se estabelecer outras representações para o continente africano, a partir de um olhar que leve em conta suas dinâmicas, práticas e costumes, ou, em outras palavras, discute a construção de um olhar que considere a África como ponto de partida para a construção de novas representações.

Palavras chave: Ensino de História; África; Representações.

REPRESENTATIONS OF AFRICA IN THE EDUCATIONAL CONTEXT THE HISTORY TEACHING: SOME ISSUES ON CONTENT ANALYSIS.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the representations about the African continent existing in Brazil, and how they produce strangeness with the object represented, in this case, Africa. The article shows how these representations are produced in the mix between common sense, discourses of social movements and media, and how they produce effects in the scope of basic and higher education. The article analyzes the need to establish other representations for the African continent, from a view that takes into account its dynamics, practices and customs, or, in other words, discusses the construction of a view that takes into account Africa as starting point for the construction of new representations.

Keywords: History Teaching; Africa; Representations.

Introdução

Estava eu a conversar com minha amada filha, a mais nova das quatro que de alguma forma contribuí para que viessem ao mundo, e dentre outros assuntos um dos que veio à tona dizia respeito aos modos como a África, seus povos, práticas e costumes são dispostos nos livros didáticos e nas aulas de História. Mayara Lima, a filha amada com quem dialogava, insistia em me mostrar o grande descompasso que há entre a África que eu exponho nas conversas com a família, e aquela que ela vê sendo retratada nas aulas, ou mesmo nos discursos de alguns dos seus professores. Estudante do ensino médio, Mayara conseguiu perceber algo que muitos estudiosos (africanistas brasileiros) certamente passariam batido, no caso, as formas como o continente africano é apresentado nos livros didáticos e nas aulas de História. Estaria ela exagerando em seus estranhamentos?

Talvez, prezado leitor. Mas, por certo, há algumas questões que merecem maior reflexão e análise, sobretudo mediante os aspectos aqui entrelaçados, qual seja, “África”, “História” e “Ensino”. Como enfrentar estes conceitos, propiciar seu congraçamento, e ao mesmo tempo permitir que estejam numa relação que não os aprisione, de modo que se apresentem da forma mais plena possível? Afinal de contas, o Ensino é o processo pelo qual, em algum momento, tomará as mais diversas pesquisas que estão em curso, e as transformará em conteúdo passível de

ser traduzido, neste caso, nas aulas de História. E a questão aqui encetada é: “como traduzir o continente africano na sua melhor acepção, nas aulas de história do ensino médio e fundamental”, sem que este seja transformado em algo deformado, com viés homogeneizado, percebido como apêndice de outros povos, destituído de protagonismo e sentidos? Eis aqui uma boa questão! Não se trata de estabelecer uma apologia à verdade enquanto discurso preso ao binarismo maniqueísta, mas de buscar uma representação que não destoe tanto da “coisa” representada, pois, estabelecer o continente africano como dotado de universalidades (como justificativa para balizar supostas homogeneidades), qualquer que seja o ponto de vista, é estabelecer uma imensa distância entre a representação e o que foi representado.

98

E neste aspecto, é importante ressaltar que a representação não deve ser vista como algo destituído de sentidos, pois é esta que gera significados, conforme Chartier (1990; 2002), e baliza práticas. A discussão sobre as distâncias entre a representação e a “coisa” representada, por mais que estejam imersas nos signos, visões e pontos de vista de quem faz a representação, necessita levar em conta os aspectos constitutivos do que está sendo representado. Ora, não há como entender o continente africano como palco de práticas e costumes compartilhados, balizados em homogeneidades. Isto se percebe nas dinâmicas e história do continente em questão. Basta conferir alguns manuais de história da África (KI-ZERBO,

2002; M'BOKOLO, 2009; KHAPOYA, 2015) para que se observe tal aspecto, qual seja, a diversidade de práticas, costumes, hábitos, línguas... A África não existe como tal, conforme Kapuscinsky (2011), posto sua imensa pluralidade em todos os sentidos, inclusive em tons de pele. A esta diversidade, Hernandez (2016) acrescenta também a observação relacionada com sua dificuldade em se referir à África no singular, em virtude de sua extrema pluralidade. Definitivamente, o continente possui “várias Áfricas” em seu interior!

Ensinar África e sua história rompendo com as homogeneidades

Importante definir um aspecto antes de discorrer sobre a relação entre África e sua impossibilidade de ser traduzida sob conceitos homogeneizadores. A relação entre a coisa representada, e a representação propriamente dita, não podem ser pautadas por uma distância irreconciliável. Por mais que o conceito de “verdade” seja passível de polêmicas, não há como sustentar uma representação que destoe tanto da coisa representada. Ora, o continente africano é habitado por inúmeros povos em que homens e mulheres compreendem o mundo em que vivem sob os signos definidos por aproximadas duas mil línguas. Isto se traduz em formas de se relacionar com o meio, no caso, constituição das religiões (crença em espíritos da natureza, nos ancestrais divinizados, em um deus abstrato ou personificado em uma imagem), das

famílias, da gastronomia, dentre outros aspectos. Não é possível supor que um espaço geográfico povoado por tão intensa pluralidade possa ser traduzido por conceitos homogeneizantes. Sim, a não ser que queiramos defini-los como humanos, mas, além deste aspecto, não há como nomeá-los por um conceito abstrato, a exemplo de “africano”, construindo a representação de uma suposta identidade em comum.

Isto por si só é suficiente para indicar a pluralidade no que diz respeito às práticas e costumes no âmbito da cultura. Logo, não havendo uma prática possível de ser definida como universal, como representar o continente a partir de conceitos que se pautam sob a homogeneidade? Assim sendo, é preciso rever a insistência de definir os homens e mulheres do continente sob pressupostos que invisibilizam a pluralidade. Há de se estabelecer aqui, portanto, uma visão crítica para os conceitos de “negro”, “africano” e “negro-africano”.

Em uma experiência que tive na condição de observador de estágio, de alunos do curso de História no ensino superior, regendo aulas em uma escola de nível médio, vivenciei uma situação por demais surreal, e que discuti em outro momento (LIMA, 2019). Nesta experiência pude contemplar um jovem estudante secundarista (que na ocasião assistia a aula dos estagiários que eu observava) que atribuiu aos “africanos” a condição de ignorância, “de burrice”, posto que se eram todos negros, por que razão viviam em guerras? Foi a partir daí que percebi a necessidade de desconstruir os

conceitos homogeneizadores, pois estes balizam concepções que sustentam representações essencialistas e que negam a história, retirando o protagonismo dos homens e mulheres do continente, invisibilizando suas escolhas quotidianas.

“Negro”, “africano” e “negro-africano”: balizas que se apóiam na raça

Assim como o jovem da experiência acima descrita atribuiu aos homens e mulheres do continente a condição de pouca inteligência, nomeando-os como “burros”, pude observar, após esta experiência vivida nesta escola em Alagoinhas (BA), que no geral os estudantes das escolas do nível médio desta cidade do interior baiano comungavam de representações pautadas na homogeneidade. Os professores da educação básica, no geral, trazem consigo parte de uma compreensão em que a África é apresentada sob discursos homogeneizados, e seus habitantes são transformados em “negros”, ou simplesmente tratados como “africanos”. E aqui se deve ressaltar também que a partir dos trabalhos acadêmicos de alguns estudantes de nível superior com quem tive a oportunidade de trabalhar, foi possível observar a força das representações sobre o continente africano, pautado em pressupostos homogêneos (SILVA, 2017; SANTOS, 2013; PEREIRA, 2017; SANTOS, 2018; SOUZA, 2018). Predominam nestas representações, conforme indicam os trabalhos citados, que os homens e mulheres da

África são apresentados como “negros” que usam roupas coloridas, cultuam orixás e são exímios feiticeiros e dançarinos, mas também primitivos, atrasados e extremamente corruptos (LIMA, 2014). Não podemos esquecer, no entanto, que a construção da homogeneidade para os povos deste continente caminha lado a lado com os processos de representação forjados ao longo do século XIX, definidos sob as teorias raciais e retroalimentados pela Antropologia Evolucionista deste período, e por viajantes, missionários, comerciantes e estudiosos que viam os fenômenos sob o olhar contaminado pelo repertório conceitual da “ciência em vigor” (HERNANDEZ, 2005; RICE, 2008; GEBARA, 2010).

100

Destaque-se também neste processo os aspectos relacionados com o debate sobre a impossibilidade da existência da História na África, por conta de sua natureza (HEGEL, 1985), e que a esta caberia tão somente a etnohistória, no caso, a descrição dos seus povos, enquanto única possibilidade de tradução das suas práticas no tempo presente (APPIAH, 1997). Por mais que seja questionável tal afirmativa, as descrições feitas por Evans Pritchard, (1999; 2005) dentre outros, nos legou excelentes informações sobre alguns destes povos.

Também em relação ao Brasil, o continente africano foi construído sob estas representações. Nos estertores do século XIX é comum encontrar folcloristas brasileiros ou estudiosos diversos que, sob o signo das origens

das práticas e costumes, atribuiu aos “negros” (os “descendentes do continente africano”), a feitura de práticas e costumes diversos. É neste contexto que se constrói a ideia de que religiões nascidas, criadas no Brasil, constituem algo de outro espaço físico, uma vez que se acreditava não apenas na possibilidade de se encontrar a origem, mas também no transporte de práticas e costumes de um espaço para outro (RODRIGUES, 1932; RAMOS, 1988; CARNEIRO, 1974; 1937; 1959; 1985; BASTIDE, 1945; 1971; 2001). Este mesmo raciocínio também se aplicou para as práticas e costumes no âmbito das manifestações culturais (RAMOS, 1935; ALMEIDA, 1942; 1969; ARAÚJO, 1967; PEIXE, 1980; REAL, 1990), e foi desta forma que se inventou, por exemplo, o maracatu nação pernambucano como “tradição africana” (LIMA, 2012), levando alguns autores, a exemplo de Pereira da Costa (1908), a profetizar o fim desta manifestação cultural em decorrência da extinção de africanos no Brasil. É aqui que se inventa a África brasileira, que se supõe ser autorizada também pelo fato de que na segunda metade do século XIX se consolida a ideia de que os negros, mesmo não nascendo no continente africano, poderiam falar em nome dos homens e mulheres da África. Aqui se inventa a África dos negros! (APPIAH, 1997). Este é, então, o percurso de ideias que na atualidade se apresentam sob discursos naturalizantes. Estabelecer liames da cor da pele com o suposto local de origem autoriza não apenas as afirmações de pertença biológica, como também

levam à compreensão para um raciocínio pautado pelo essencialismo, negando (ou invisibilizando) as dinâmicas da cultura e do cotidiano.

A raça enquanto conceito: a África aprisionada

Não há como compreender a maior parte das representações entabuladas sobre o continente africano na contemporaneidade sem que se compreenda o conceito de raça enquanto estruturante destes discursos. Esta forma de compreender as diferenças entre os seres humanos, tributária do legado iluminista, que tem seu ápice no século XIX, propiciou 101 diferentes teorias classificatórias dos homens e mulheres em seus diferentes espaços geográficos, ao mesmo tempo em que estabeleceu as hierarquias entre estes (COMAS et al, 1970; MAIO; YOUNG, 2005; BARBUJANI, 2007; SANTOS, 2006; 2014). Daí decorrem conceitos ainda hoje utilizados, a exemplo das categorias conceituais “diáspora”, “afro-descendente”, “afro-brasileiro” ou “negro”. Estes conceitos, em larga medida, balizam as representações sobre o continente africano, e servem de justificativa para estabelecer associações entre práticas dispostas neste espaço e no Brasil, corroborando com a criação da ideia de uma África disposta nestas terras. Em Silvio Romero (1888), por exemplo, já se observam os primórdios desta representação, que se expressa no convite aos pesquisadores e estudiosos de sua

época para não perderem tempo e se apressarem em pesquisar os africanos ainda vivos no Brasil. O impacto deste texto se percebe ao verificar sua republicação, em parte, no prefácio de outro livro não menos importante e impactante, “Os Africanos no Brasil” (RODRIGUES, 1932). Aqui temos os fortes indícios da construção da ideia de uma África presente no Brasil, e que isto não se constitui em obra de um só autor, e dado em um só tempo.

Ora, como pensar o conceito de diáspora, largamente utilizado como baliza estruturante para entender as práticas de povos dispostos nas Américas, especialmente no Brasil, sem relacionar o processo em questão com a ideia de raça? A compreensão de que o tráfico Atlântico estabeleceu “a saída de um povo do continente africano”, compreendendo os homens e mulheres de diferentes tradições e contextos culturais como tal, não se sustenta sem que se recorra ao apoio no conceito de raça. Além disso, a analogia estabelecida entre os judeus e os africanos, questão que justifica o uso deste conceito para os indivíduos que foram arrancados da África e levados para outras partes do mundo, só pode ser feita se tomarmos ambos como sinônimos. Assim sendo, os africanos são aqui entendidos como um povo (ou o seu sentido mais perverso, no caso, a raça), e que foram, conforme os judeus, espalhados pelo mundo em situações diversas. Importante considerar, antes de tudo, a definição do conceito de “diáspora” existente em Cashmore (2000):

A “diáspora” foi outrora um conceito relacionado quase exclusivamente à experiência judaica, evocando o seu traumático exílio de uma pátria histórica e a sua dispersão por vários países. **Com essas referências, as conotações de “diáspora” quase sempre foram negativas, por serem associadas a um deslocamento forçado, vitimização, alienação e perda.** Associado a esse arquétipo **havia um sonho de retorno. Essas características acabaram por levar à aplicação comparativa do termo a populações como os armênios e os africanos.** Atualmente, contudo, **o termo “diáspora” é usado com frequência para descrever praticamente qualquer comunidade transnacional, ou seja, uma comunidade cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam as fronteiras das nações-estado.** Esse atual uso excessivo e a subteorização – que vê a fusão de categorias como imigrantes, trabalhadores temporários, minorias étnicas, refugiados, expatriados e viajantes – ameaçam a utilidade do termo (CASHMORE, 2000, p. 169 – os grifos são de minha inteira responsabilidade).

102

O trecho acima, extraído do dicionário de conceitos de Cashmore, nos traz três aspectos fundamentais para entender o conceito de “diáspora”. O primeiro, de que se trata de um empréstimo da história do povo judeu, nos mostra o quanto o conceito está associado à ideia de um povo, com especificidades que o delineiam. O segundo, de que as alusões ao conceito são dotadas de aspectos negativos, e a terceira, de que o termo serve para nomear grupos transnacionais. Sobre o primeiro aspecto, este é por si só suficiente para mostrar o quanto seu uso é inapropriado para nomear diferentes homens e mulheres do continente africano que foram objeto do tráfico, e seus supostos descendentes nas Américas do tempo presente. Tendo sido o conceito usado originalmente para nomear questões de um povo, este jamais deveria

servir para explicar aspectos condizentes com a história de seres humanos pertencentes a diferentes povos do continente africano. Óbvio que seu uso traz consigo, mesmo que de forma implícita, o sentido da raça, posto que esteja sempre associado para designar aqueles que no tempo presente seriam os supostos descendentes do continente africano, que são melhor traduzidos (ao menos nesta perspectiva biologizante e que desconsidera diferentes trânsitos e composições) pelo adjetivo pátrio de “afrodescendente”.

O terceiro aspecto relaciona-se com o sentido atual do conceito de “diáspora”, exposto no trecho do texto exposto acima. Diz respeito ao sentido de nomear uma comunidade transnacional, ou, como expõe o próprio texto, uma **“comunidade cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam as fronteiras das nações-estado”**. É possível afirmar que os supostos descendentes dos africanos, no caso, os “afrodescendentes”, sejam partícipes de uma comunidade que tenha consigo laços em comum com pessoas de outros países? A resposta para tal questão ficará sob o encargo do leitor, que poderá também refletir sobre outras questões, qual seja, de que há no Brasil uma comunidade que se vê a parte da sociedade, reivindica separações, mesmo que de forma implícita, e carregue consigo liames com grupos em outros países. Podemos afirmar que existam grupos em nosso país que se enquadrem nestas características? Óbvio que não.

Não estou aqui negando que as situações diferem em relação aos contextos. Há comunidades de pessoas que se reconheçam como negros ou mestiços em diferentes partes do mundo, que criaram laços e vínculos entre si, dispondo de poucos liames com as sociedades maiores que os cercam. Tais realidades, entretanto, não podem ser tomadas como regra, e o paradigma para nortear nossos estudos não pode ser baseado apenas na cor da pele, ou mesmo numa dada “perspectiva racial” que não se efetiva. Não conheço nenhuma comunidade de brasileiros negros que estabeleçam como prioridade o contato com “iguais” de outras partes do mundo, assim como não vejo isto como algo efetivo na maior parte das pessoas “ditas”¹⁰³ negras. Também não creio que seja possível tomar como verdade ou algo dado, a ideia de que os negros e mestiços de diferentes partes do mundo são pura e simplesmente descendentes dos africanos. O conceito de “diáspora”, nesse sentido, deve ser visto como parte de uma visão em que o sentido de “raça” está imerso de forma decisiva. Traz consigo as influências do pan-africanismo, que norteia parte significativa dos estudos sobre o continente africano, bem como das práticas e costumes dos negros e mestiços em nosso país. O pan-africanismo do século XIX inventou uma África homogênea!

E a questão é exatamente esta. O que tem em comum, além da cor da pele, estas pessoas que são tomadas como “afrodescendentes”? Os filhos dos argelinos, egípcios ou líbios, com sua cor de pele próxima ao que se define como

branca, nascidos no Brasil ou na Argentina, também seriam considerados “afrodescendentes”? Ao que me parece, a perspectiva da “raça”, imersa no conceito de “diáspora”, é suficiente para advogar a tese de sua insuficiência para responder questões do plano da compreensão dos problemas advindos do fenômeno a que se propõe traduzir. Além disto, é facilmente identificável com o essencialismo. Em outras palavras, a diáspora africana, largamente utilizada em diferentes trabalhos, só tem sentido se for estabelecido entendimento de que os africanos constituem um só povo, no caso, negros.

E o conceito de negro, ou dos demais que lhe servem como referenciais de alteridade (brancos, amarelos e vermelhos), é suficiente para dar conta de aspectos relacionados com as práticas e costumes culturais? Estes conceitos se encaixam em dimensões de um “a priori”, conforme sua constituição, pois a definição de um dado indivíduo a partir de elementos exteriores (físicos) e que não sofre processo de negociação com o mesmo, independendo de aspectos voltados ao que é construído. A raça é dotada por uma essência, uma natureza imutável e que independe do âmbito da cultura. Quando identificamos um indivíduo como negro ou branco, não tomamos como referenciais aspectos de local de nascimento, renda, grau de escolaridade, personalidade, caráter, escolhas, dentre outros elementos. O indivíduo é definido a partir de seus traços físicos, e em alguns casos, conforme o modelo de definição racial norte

americano, pelos seus descendentes. Neste país (EUA), não importa apenas seus traços físicos, mas, sobretudo, seus descendentes de seis gerações que lhe antecedem. Este aspecto, por sinal, foi largamente discutido por Nogueira (1998), que indicou a existência de diferenças na forma como os indivíduos são compreendidos entre o Brasil e os EUA. Esta questão, portanto, deve nos remeter a outra não menos importante, quando caminhamos para entender os homens e mulheres do continente africano.

Para que serve a raça, enquanto conceito, no âmbito da história da África? No que tange aos aspectos dos contextos de Biafra e de Ruanda, por exemplo, o alcance será por demais diminuto. Talvez, para o segundo contexto, ajude a pensar nos motivos que levaram ao aprofundamento de identidades políticas (MANDAMI, 2002) (tutsis e hutus) que caminharam de uma situação de convivência relativamente pacífica (VANSINA, 2012) para a de circunstâncias marcadas pelas disputas, conflitos e mortes, das quais a mais famosa tem seu lugar em 1994 (ALVES, 2005; KIMONYO, 2008; PÉRIÈS, 2011; SANTOS, 2014; FONSECA, 2010; 2017). A raça, enquanto conceito, não permite compreender contextos e fenômenos contemporâneos, além de corroborar para a manutenção de representações grosseiras, distantes do que ocorre nas dinâmicas culturais do continente africano. Limita a África em elementos físicos, que supostamente se materializa nos corpos dos homens e mulheres dos diferentes povos. Contudo, a cor não é a

mesma, assim como o tipo de cabelo, dentre outros traços físicos que se observa nos homens e mulheres dos países africanos. Logo, mesmo para quem busca as homogeneidades no plano físico, é fundamental observar a diversidade também nos termos naturais. Assim sendo, para o ensino de História, o conceito de raça constrói sentidos que não contribui para o entendimento, a apreensão do continente na sua inteireza, o mais próximo do que ele é.

Ensino de história: a África por ela mesma

O ensino de história deve pautar-se por indicar aspectos que permitam compreender o outro, traduzi-lo de modo que o entendimento ocorra entre os sentidos da tensão existente em quem compreende, aprende e que o faz a partir dos seus valores e visão de mundo, e das lógicas que perpassam o (s) fenômeno (s) que constitui (em) o objeto da tradução. E para isso é de fundamental importância que o ensino esteja condizente com uma didática clara e um programa mais próximo “da coisa como ela é”, no caso, comprometida com a descrição “mais verdadeira”. Esta proximidade entre “coisa” e “representação” não nega a impossibilidade da apreensão do fenômeno em si, conforme Schopenhauer (2013), mas aponta para os sentidos da aproximação, de se levar em conta elementos de maior objetividade, no caso, a diversidade em termos físicos, culturais, geográficos, linguísticos, dentre outros. ⁱⁱ É importante pensar na construção de imagens que

apresentem aos discentes o continente africano em sua pluralidade, como forma de propiciar um entendimento descolado das representações da África como sinônimo de uma ou duas religiões, mitos, práticas, dentre outros aspectos. Os diferentes espaços geográficos, com suas imagens variadas (Florestas, savanas, desertos), as diversas formas de organização social, tipos de vestes, músicas, dentre outros aspectos, precisam ser explorados no âmbito da sala de aula. Será desta forma que conseguiremos mostrar aos estudantes o continente africano em suas diversas formas, acepções e sentidos!

O continente africano não deve ser posto como sinônimo do candomblé, não por demérito desta religião, mas pelo fato de serem os povos africanos dotados de crenças diversas, além de terem em seu seio a presença do cristianismo, por exemplo, de diferentes matizes, a exemplo do kimbaguismoⁱⁱⁱ na África centro ocidental, e do islã no norte. As insistentes representações balizadas numa suposta naturalização entre raça e candomblé, largamente utilizados no Brasil, corroboram para invisibilizar outras religiões, além de retirar dos praticantes das religiões de terreiro seus protagonismos de criadores, inventores de práticas em solo brasileiro. Além disso, o apego a ideia do orixá como prática dotada de uma suposta universalidade no continente africano (“o orixá africano”) corrobora para a construção de imagens que levam os estudantes da educação básica a imaginarem que todos os povos possuem tal prática, e que esta se encontra em todos os países

da África. Estes aspectos, por sinal, se observam quando do diálogo de alguns jovens brasileiros, ao inquirirem homens e mulheres do continente, de diferentes regiões, se eles são praticantes ou não desta religião. A visita de alguns jovens estudantes oriundos do continente africano, em uma escola alagoanhense, me fez ver que esta é uma das primeiras perguntas feitas aos mesmos...

Importante considerar que não se está aqui proclamando que os movimentos sociais negros, ou os praticantes das religiões de terreiro existentes no Brasil, não possam tecer suas identidades a partir das relações com uma África imaginada, conforme Stuart Hall (1996) delineou, sob a forma do “retorno ao útero da mãe”, retorno metafórico, impossível de acontecer, mas que estrutura parte das práticas e discursos de setores dos movimentos sociais negros e das atuações de seus integrantes nas manifestações culturais. Esta relação com uma África imaginada, mítica, balizada sob a perspectiva de um retorno, quase sempre posta no horizonte, é o que alimenta os discursos de exaltação de uma África que existe apenas sob a forma de discurso. E mesmo sob esta forma, necessita ser entendida, analisada, de modo que não se imponha aos estudantes da educação básica as representações da África como espécie de sinônimo do candomblé.

Não se trata de censuras ou proibições de nenhuma ordem, mas de propor novas imagens mais próximas a um continente que possui, por exemplo, o segundo Estado nacional cristão mais antigo do mundo (o Império Axumita) e diversos

países que tem o islã como religião oficial. Aqui é fundamental, neste sentido, indicar aos estudantes que o cristianismo já existia em diferentes pontos do norte da África ainda no século I da era cristã (OLIVER, 1994; MEREDITH, 2017; CHRYSOSTOMO, 2020). Aliás, conforme as observações de Chrysostomo (2020), para o cristianismo chegar ao que é hoje a Europa, antes de passar pela África, só se houvesse um transporte destas ideias por intermédio de via aérea. O cristianismo nasce na região dos atuais Estados de Israel e Palestina, que estão muito mais próximos do Egito e da parte norte do continente africano, do que hoje nomeamos por Europa. Logo, conceber que foram os europeus que levaram o cristianismo para a África é de fato distorcer os fatos e não levar em conta elementos da Geografia dos espaços relacionados com a questão. Definitivamente, o ensino de História da África precisa se descolar do senso comum, e indicar as pluralidades dispostas no continente.

Construir novas representações que aproximem o continente o mais próximo possível daquilo que de fato há significa, sobretudo, romper com a barreira do senso comum e estabelecer críticas a saberes cristalizados, que há muito circulam em diferentes produções e mídias, corroborando com as essencializações e extemporaneidades que se lançam para o continente africano. Aqui é necessário romper em definitivo com o senso comum, que retroalimenta versões facilmente desconstruídas com uma simples revisão bibliográfica ou

pesquisa documental, a exemplo de que a escravidão foi levada para o continente africano pelos europeus (LOVEJOY, 2002; THORNTON, 2004). Estes, tomados como brancos, são descritos em diferentes contextos como os que “chegaram à África, conquistaram territórios, escravizaram pessoas e as levaram para o Brasil”.^{iv} Esta narrativa, conforme atesta as versões dos jovens “africanos” que entrevistei, é declarada como ofensiva, pois, se os “europeus” chegaram “na África”, aprisionaram homens e mulheres, escravizando-os e trazendo-os para as Américas, o que fizeram os que estavam no continente africano? Foram passivos? Ao que me parece, também Ki-Zerbo coloca esta questão como parte do que ele nomeou por “passividade africana”, considerando tal aspecto como mais um item da genial metáfora “barragem de mitos” (KI-ZERBO, 2002).

“Os brancos”, descritos como europeus, certamente poderiam ser também definidos como “homens desesperados em busca de comércio”, desespero este decorrente da situação difícil em que se encontravam os portugueses no contexto da geopolítica do século XV. Descrevê-los como poderosos conquistadores, que “chegaram abafando e ditando as regras” é esquecer que até a segunda metade do século XIX a soberania da imensa maioria dos espaços existentes na África estava sob controle dos soberanos do continente.^v Ora, sabe-se que nem os portugueses possuíam condição bélica suficiente para operar a conquista, e que o tráfico se constituiu em um processo operado ao longo do período em que

ele existiu. O tráfico de escravos no século XV, na sua acepção atlântica, não possuía as circunstâncias e especificidades daquele que sofreu aprimoramentos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII (o Tráfico Atlântico não pode ser visto de forma homogênea, prezado leitor!), e certamente, conforme farta bibliografia disponível sobre o tema, os “europeus” dificilmente conseguiriam montar o tráfico sem a anuência dos reinos e impérios então existentes no continente africano. Mas, esta compreensão do tráfico, entretanto, não deve ser visto como “licença” para impedir ou barrar políticas afirmativas para os não brancos (negros principalmente) no cenário político brasileiro atual. Os usos do passado para justificar questões do presente não devem caminhar por esta trilha. E aqui se deve observar que a estrutura montada ao longo do Tráfico Atlântico gerou desdobramentos que operam sob complexos contornos de um preconceito de cor, urdido em bases gradientais (HASENBALG, 2005), conforme o modelo brasileiro. Há no Brasil uma complexa construção social da cor (BARROS, 2014), que gera e retroalimenta processos de preconceito que possuem suas bases na escravidão, e que necessita ser objeto de políticas públicas que atuem neste sentido. Mas, esta é uma questão que foge aos objetivos deste breve artigo. 107

A escravidão, contudo, não pode ser entendida sob o advento da raça. Os homens e mulheres do continente africano não foram escravizados por conta da cor de sua pele. Os

engendramentos que se constituíram ao longo dos séculos XV em diante, foram definidores para que a África sofresse um recrudescimento do que já existia na costa índica desde o século VIII, no caso, o tráfico perpetrado pelos árabes ao longo do Oceano Índico.^{vi} A escravidão transaariana e a índica se mantiveram de modo simultâneo com sua forma análoga operada na costa atlântica, corroborando para o formato que esta última teve ao longo dos séculos XV ao XIX. Faz-se necessário compreender o tráfico como parte de um processo econômico, no qual a ideia de raça foi resultante, posto que tenha sido concebida em fins do século XVIII em decorrência de um contexto já estabelecido. Logo, não foi à raça que concebeu o tráfico, mas este que foi responsável pelo nascimento daquele.

E neste processo é importante também considerar a invenção da África enquanto espaço, com os formatos atuais, sob os desdobramentos deste processo. A invenção da África enquanto unidade, espaço continental, tal qual concebemos hoje, é resultante deste processo, e se os navegadores europeus tiveram papel importante neste contexto de invenção do continente, os povos que nele habitam tiveram seu lugar de ressignificar esta criação, seja sob o contexto da reação, ou do protagonismo. A invenção da África não é um processo de mão única, e sobre isto há que se considerar o olhar “de dentro para fora”, como forma de compreender outras visões sobre o contexto (APPIAH, 1997; MUDIMBE, 2013). Aqui é

importante considerar que as formas como os homens e mulheres do continente compreendiam o espaço em que viviam no período anterior ao século XV não eram as mesmas da contemporaneidade. Contudo, isto não nos autoriza a localizá-los na condição de selvagens, destituídos da compreensão de que viviam em espaços de grande amplitude. Não nos esqueçamos, prezado leitor, que o comércio a longa distância já era de conhecimento dos povos que viviam no continente, e os grandes reinos sahelianos, a exemplo do Gana, Mali e Songhay constituem parte deste aspecto. Ora, se os homens e mulheres do que hoje é chamado “África” não possuíam a exata dimensão dos limites territoriais do continente, podemos 108 afirmar o mesmo para os povos dos demais continentes neste período. Os mapas não eram ainda popularizados, esta é uma questão fundamental para entender este processo.

Sim, é importante restituir ao continente africano, aos seus povos, a condição de protagonismo, rompendo com as narrativas que beiram a vitimização e passividade, retirando os homens e mulheres do seu lugar de terem operado as escolhas, cometido os erros e acertos que ocorreram em suas vidas. É importante considerar a afirmação de Mbembe (2001) de que todos os holocaustos que se abateram sobre o continente africano tiveram também a responsabilidade dos seus povos, em maior ou menor grau. Neste aspecto, considerar outros olhares sobre a história é parte fundamental do processo, e sobre isto se deve aqui considerar as

seguintes questões: o repertório conceitual utilizado (e consagrado) para se referir aos fenômenos da história, e a periodização quadripartite, utilizada por parte considerável dos historiadores para entender os acontecimentos ocorridos no continente africano. Aqui é importante perceber os equívocos existentes nesta forma de se compreender os fenômenos. Os conceitos largamente utilizados na historiografia aplicada para o entendimento das práticas e costumes dos povos da Europa do oeste não servem, necessariamente, como ferramentas para compreender as dinâmicas do continente africano.

Ao primeiro aspecto, sobre a forma como os historiadores se referem aos acontecimentos, com o intuito de interpretá-los, importante considerar que o conceito de “Partilha da África”, largamente utilizada em livros didáticos e extremamente consolidada como elemento para entender os desdobramentos da Conferência de Berlim (UZOIGWE, 2010), não nos permite uma compreensão plena do processo ocorrido. Ora, se a realização da referida conferência, ocorrida em Berlim nos anos de 1883 e 1884, teve como principal motivação a divisão do continente entre os potentados europeus, isto não significa dizer que as invasões ocorreram tal qual as divisões feitas, além do que, o termo “partilha da África” gera a compreensão de que as potências europeias agiram conforme seu planejamento, e ocuparam os países africanos de acordo com suas vontades. Mas, este aspecto reflete o acontecido? Não houve resistências por parte dos

soberanos dos países africanos aos invasores europeus? Ao que me parece, as questões encetadas por Boahen (2010) indicam que as prisões, mortes e exílios impostos a Prempeh I (soberano dos Achantis), Wogobo (soberano dos mossis) Lat-Dior (Damel do Cayor), Lobengula, Samory Touré (dentre outros!), e as guerras movidas por Achanti, Daomé, (dentre outros reinos) não nos autoriza a concordar com isto (WESSELING, 1998).

A Conferência de Berlim não serve como parâmetro para entender o período, se visto como fato isolado no contexto, mas, se utilizarmos os pressupostos da longa duração, operação analítica feita por Ki-Zerbo (2002), teremos a constatação de que os anos 1880 não devem ser entendidos por si, mas como resultados de um contexto em que as tramas foram tecidas desde o século XV. Aqui é importante se referir ao que Ki-Zerbo nomeia por “roedura”, termo pelo qual este historiador utilizou para indicar que os “conquistadores” do século XIX chegaram ao continente como comerciantes, ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, se instalando em áreas cedidas pelos soberanos nas costas litorâneas, e que com o processo de acumulação primitiva, ocorrida sob o advento do tráfico, passaram a exercer o poder bélico com o intuito de conquistar os países, territórios, de modo a interferir e dispor dos recursos naturais e matérias primas. Neste sentido, a Conferência de Berlim pode ser compreendida como o ápice de um processo iniciado no século XV, o que nos permite perceber que os europeus não devem ser

vistos de forma isolada. Assim sendo, creio que manter o uso do conceito “Partilha da África” significa atribuir aos conquistadores europeus um protagonismo que não possuem, além de retirar dos estudantes do ensino básico elementos outros que lhes permitiriam compreender o processo sob circunstâncias diversas.

O segundo aspecto diz respeito à periodização quadripartite como suficiente para entender a história dos povos do continente africano, como se os eventos referentes ao fim do Império de Roma do Ocidente, a queda de Constantinopla e a Revolução Francesa fossem suficientes para explicar e definir diferentes processos e episódios da história universal. Esta periodização, duramente questionada por Ki-Zerbo (2002), não é suficiente para entender os mecanismos que operaram e engendraram o Tráfico da Costa Índica, bem como os processos do comércio a longa distância, que articulava os povos do oeste com o leste, no continente africano, e destes com o norte da África e com o Mediterrâneo. Esta complexidade imersa em inovações tecnológicas diversas (DEVISSE; VANSINA, 2010), relações comerciais e políticas de refinamentos múltiplos (BATHILY; MEILLASSOUX, 2010; NIANE, 2010), terminam sendo invisibilizados quando tomamos a periodização quadripartite como opção para estabelecer os recortes da história, e assim dispor de um repertório conceitual que não consegue ter aderência a todos os povos, contextos e especificidades. A história da África não pode e não deve ser percebida como um apêndice da

história dos povos da Europa do oeste ou mesmo do Brasil, assim como não deve estar a serviço de interesses de nenhuma ordem que não seja a de compreendê-la por suas dinâmicas e lógicas próprias.

Por fim, é fundamental dotar os discentes da educação básica de outras imagens e discursos sobre o continente africano, propiciando a construção de representações em que protagonismo e pluralidade estejam presentes. Acredita-se que este processo de superação das estereotípias, e imediato estabelecimento do entendimento da África a partir dela própria, irá decorrer também de uma forma diferente do ensino de história no nível superior. E para discutir melhor esta questão, 110 apresentarei de forma breve as ementas das disciplinas de História da África, do curso de licenciatura em História ofertado em dois campi da Universidade do Estado da Bahia, a saber, DCH IV (Jacobina) e DEDC II (Alagoinhas).

A História da África no ensino superior: a análise dos nomes das disciplinas e suas ementas

Neste tópico é importante considerar que a análise que aqui será feita não tem o propósito de estabelecer uma condenação de dada compreensão da história em decorrência de outra, mas de mostrar que os problemas advindos com as representações do continente africano constituem algo decorrente de um continuum de aspectos, das quais intensas desinformações,

silêncios, confusões e discursos ideologizados, que pretendem estabelecer uma “África” que não é reconhecida pela maioria dos seus habitantes, os “africanos”.

A Universidade do Estado da Bahia possui vinte e nove departamentos, abrigados em vinte e quatro campi. Sua abrangência territorial envolve todos os territórios de identidade baianos. Ao todo existem nove cursos de história espalhados nos campi das cidades de Salvador (DCH I), Alagoinhas (DEDC II), Jacobina (DCH IV), Santo Antônio de Jesus (DCH V), Caetité (DCH VI), Teixeira de Freitas (DEDC X), Itaberaba (DEDC XIII), Conceição do Coité (DEDC XIV) e Eunápolis (DCHT XVIII).^{vii} Os cursos de História, assim como as demais licenciaturas, estão dispostos sob a forma de eixos, e o continente africano constitui um destes, tendo significativo número de horas, se comparado com as dedicadas para outras universidades. Ao todo estão previstas cento e cinquenta horas para três disciplinas da área de História da África. As disciplinas dos dois cursos de licenciatura analisados estão dispostas sob a forma de dois componentes com carga horária de sessenta horas e um de trinta. Irei analisar as ementas e os nomes das três disciplinas de dois destes cursos, dentre outras questões, por conta da exiguidade do espaço.^{viii}

As disciplinas: nomes, ementas e programas

Em um total de cento e cinquenta horas, a área de África dos dois cursos de licenciatura em

história possui três disciplinas cada, a saber: DCH IV (Jacobina): História da África Pré Colonial (60h), História da África Colonial (60h) e Diáspora Africana: Religião e Religiosidade (30); DEDC II (Alagoinhas): África I (60h), África II (60h) e África III (30h). Os títulos das disciplinas revelam, a partir de um olhar apressado, que as diferenças estão presentes tanto em termos de concepção dos significados da História da África, como no que diz respeito aos modos como esta deve ser disposta, tecida, percebida.

Os títulos das disciplinas do curso de História do DCH IV trazem consigo as influências de uma visão conservadora para a compreensão do continente africano, atribuindo o período colonial como marco referencial para a História, ao mesmo tempo em que propicia um maior protagonismo para os colonizadores no processo histórico. Cabe destacar também que o título da terceira disciplina traz consigo as influências dos movimentos sociais negros, pois, como veremos a seguir, tanto a ementa como o programa revelam que o conteúdo está mais voltado para a história dos negros brasileiros do que do continente africano propriamente. 111

Os títulos das disciplinas do curso de História do DEDC II voltam-se para uma tentativa de dispor os conteúdos o mais próximo possível de uma dada objetividade, evitando juízos de valores, além de estabelecer o continente africano como centralidade. Os números I, II e III possuem relação com a cronologia histórica, o que de certa forma exige

os programas e ementas de um maior valor ideológico para os conteúdos. Este aspecto se mostra, portanto, positivo em se tratando de estabelecer a história do continente africano a partir do protagonismo de seus povos.

A disciplina África Pré Colonial tem como ementa:

Estuda as sociedades africanas pré-coloniais. Ordenamentos sócio-culturais, memória, história e tradição oral, dando destaque para os processos de formação dos principais grupos étnicos e suas características histórico-civilizatórias.

Seu programa apresenta os seguintes pontos:

- 1 – O continente africano tem História e histórias
- 1- a – Historiografia africana, olhares coloniais e perspectivas africanas
- 1 – b – A tradição oral e outras fontes
- 2 – África. A paisagem, os homens e o tempo
- 3 – A África na rota da escravidão
- 4 – Características gerais das organizações sócio-culturais do continente africano
- 5 – A expansão islâmica: algumas considerações

A referida disciplina traz consigo conceitos fortemente questionados pelos que trabalham com pesquisas na área de História da África. O título da disciplina por si só já seria suficiente para indicar os problemas em torno da concepção que subjaz ao processo de montagem do componente em questão. Ao que parece o programa abrange desde as questões de ordem teórica, até o período do Tráfico Atlântico, o que faz com que se tenha o século XIX como marco cronológico da disciplina. O fato de esta usar o

recorte da colonização como marco não retira os aspectos positivos existentes, a exemplo do olhar voltado para a metodologia em seu programa, e de alguma ênfase sobre a expansão islâmica. Tanto a ementa como o programa trazem consigo problemas de ordem conceitual, além de desencontros entre uma concepção de História da África que prime pelo protagonismo dos seus povos e as influências de uma historiografia tradicional.

A disciplina África I, ofertada no DEDC II, tem como ementa:

Questões sobre a especificidade da história da África. O problema das fontes escritas. A interdisciplinaridade e o cruzamento das fontes: tradição oral, Arqueologia, Antropologia e Linguística. Os programas internacionais para a valorização da história da África. A complexidade da história da África: questões de método e debates conceituais. A África antiga. O fenômeno da escravidão na África antiga. As rotas de escravos: Saara e costa oriental. Os árabes e o fim da idade antiga. O islã.

112

Nesta ementa se percebe a importância atribuída para um maior diálogo com as questões da metodologia, no caso, a interdisciplinaridade, o debate sobre as fontes escritas e as relações da História com outras disciplinas. Em termos cronológicos há um marco bem definido em ter o período da antiguidade como foco, sendo o século VII o período final. A escravidão é identificada com as rotas transaarianas e o tráfico árabe muçulmano, uma vez que o Tráfico Atlântico é posterior ao século XV. A ênfase refere-se ao islã e a chegada dos árabes como marco para o fim da idade antiga, o que

estabelece a diferença desta compreensão para a que norteia o delineamento da primeira disciplina analisada.

O programa desta disciplina, África I, é bem mais extenso do que o de África Pré Colonial:

1. Questões entre a história da África e do Brasil. Conceitos para o entendimento da História.
 - 1.1 – Conceitos e estereótipos: Raça, diáspora, identidade, representações e ensino de história.
2. O espaço que hoje nomeamos como África: surgimento do homo sapiens sapiens e as primeiras invenções da humanidade.
3. África: o continente, suas culturas e seus povos.
4. A invenção da África: conceitos, espaço físico, linguagem, filosofia e história.
5. As formas como os africanos se auto representam e as maneiras como são interpretados.
6. História da África: problemas de método e concepções de História.
 - 4.1 – Os mitos científicos (M'Bokolo) a barragem de mitos (Joseph Ki-Zerbo), ciência, História e interdisciplinaridade.
7. A interdisciplinaridade como método. A pluralidade das fontes: o uso cruzado das fontes escritas, arqueologia e tradição oral.
 - 7.1 Problemas de legitimidade da História da África: a “inexistência” de fontes e da escrita.
 - 7.2 Hegel: “África não possui história”.
8. Fontes e Técnicas específicas para a história da África. Há uma história da África?
9. Os programas internacionais para a valorização da história da África. A valorização da História da África: história da coleção História Geral da África.
10. As fontes escritas. Problemas, conceitos e questões.
11. A tradição oral. Questões de legitimidade (as recusas de Brunschwig): Tradição oral válida para a História da Grécia antiga e recusada para a História da África?
12. Por uma nova periodização para a história do continente africano.
13. Sociedades e estados do continente africano (até o século VII).
14. A África e o mundo antigo: Egito, disputas de impérios e a conquista romana.

- 15.1 - Relações do Egito com o resto da África.
16. As civilizações de Napata e Meroé.
17. A “Incomunicabilidade” entre o norte da África e as regiões ao sul do Saara. As diversas rotas comerciais através do Saara, as trocas culturais e linguísticas.
18. O advento do islã e a ascensão do império mulçumano.
As religiões monoteístas na África: difusão do cristianismo e conquistas árabes.

Como o leitor pode observar, há uma maior aderência entre o programa da disciplina África I com o texto de sua ementa, quando comparada com o do componente África Pré Colonial. E aqui se pode também considerar a indicação das leituras feitas, o que não invalida também o fato de que, mesmo sendo passível de críticas, a disciplina ofertada no DCH IV permite ainda algum entendimento da África, descolado de sua condição como apêndice da história do Brasil. **113**

A disciplina intitulada África Colonial, e que no curso de História do DCH IV é ofertada após a de África Pré Colonial, é organizada sob a seguinte ementa:

(...) Estuda os fundamentos e características da expansão colonial europeia. Analisa o desenvolvimento das ideias pan-africanistas e do movimento da negritude como orientadores da construção das lutas anti-coloniais. Enfoca os diferentes processos de descolonização e constituição dos Estados nacionais.

A primeira vista observa-se que a ementa direciona o discente para o estudo de um tempo cronológico posterior ao século XIX, com ênfase nos processos de instalação da colonização, do surgimento das ideias que irão subsidiar as

independências, e da descolonização propriamente dita.

O programa desta disciplina traz os seguintes pontos:

- 1 – A colonização europeia na África:
 - 1-1 A África diante do desafio colonial;
 - 1-2 As resistências à colonização;
 - 1-3 Partilha Europeia e conquista da África;
 - 1-4 Dominação europeia: métodos e instituições
 - 1-5 O colonialismo na África: impacto e significação
- 2 – O processo descolonização e lutas pela independência:
 - 2-1 Libertação ou descolonização;
 - 2-2 Pan-Africanismo e negritude e a emancipação do “continente africano”;
 - 2-3 Argélia: independência ou revolução;
 - 2-4 Os movimentos independentistas da “África português”;
 - 2-5 África do Sul e o apartheid
- 3 – O lugar da África no chamado mundo globalizado.

Os dois últimos tópicos, relacionados com a África do Sul e o lugar da África no mundo globalizado, de certa forma destoam da ementa, o que no âmbito não traz grandes problemas para se estabelecer a compreensão do continente para o tempo presente. Há que se destacar neste programa a ênfase em processos que ainda são pouco contemplados nos livros didáticos ou mesmo bibliografia especializada. Pode se afirmar que no Brasil não são tantos os livros existentes sobre o período contemporâneo do continente africano.

Em relação à disciplina África II, ofertada pelo DEDC II, temos o seguinte texto de sua ementa:

(...) Estudo da história do continente africano entre os séculos VII ao XIX.

Análise das estruturas centralizadas (os “estados” - Gana, Mali, Kanem e Songhay) e sociedades africanas do período, os movimentos migratórios, as trocas comerciais e as civilizações anteriores ao século XV. O tráfico atlântico: constituição, primórdios e expansão europeia. Análise da escravidão na África e no atlântico. Fim dos tráficos. A África e a economia mundial no século XIX.

Aqui temos os reflexos da escolha dos docentes que conceberam a referida ementa, dando ênfase aos processos da história do continente africano localizados entre os séculos VII e XIX. Por esta ementa se observa que os discentes são levados a terem leituras do período formador (séculos VII ao X), fundamental para compreender o recrudescimento do comércio a longa distância que propiciou os contatos e trocas entre os povos de diferentes regiões do continente africano, e do tráfico árabe muçulmano, que teve como um dos muitos desdobramentos o surgimento da cultura suaflí, que traz em seu seio elementos das culturas árabe, hindu e dos muitos povos bantófonos dispostos na costa oriental do continente africano. A ementa também propicia uma melhor compreensão de como o período atlântico foi antecedido por outros contextos que tinha o norte da África como cenário integrado ao Mediterrâneo, e às dinâmicas das inúmeras civilizações islâmicas.

O programa de África II tem o seguinte texto:

1 - Periodização da História da África entre os séculos VII ao XIX: a proposta da coleção História Geral da África.

- 1.2 - A África do século VII ao XI.
- 1.3 - A África do século XII ao XVI.
- 1.4 - A África do século XVI ao XVIII.
- 1.5 - A África do século XIX a década de 1880.
- 2 - A África do séc. VII ao séc. XII: dos reinos aos impérios. Estados ou estruturas centralizadas?
- 3 - Relações existentes no continente africano: as guerras, comércio e migrações nas diferentes regiões da África.
- 4 - A África do século VII ao XI: cinco séculos formadores.
 - 4.1 - Relações e intercâmbios entre as várias regiões.
- 5 - A África nas relações intercontinentais.
 - 5.1 - O contexto pré-Atlântico.
- 6 - O nascimento do mundo Atlântico: origens e expansão do comércio de escravos.
- 7 - A escravização dos africanos a partir do tráfico atlântico.
- 8 - A África sob o tráfico escravagista - séculos XV - XVIII.
- 9 - A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico.
- 10 - Africanos no “antigo” e “novo mundo”.
- 11 - A abolição do tráfico de escravos.
- 12 - O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos.
- 13 - A África no início do séc. XIX: problemas e perspectivas.
- 14 - A África e a economia-mundo.
- 15 - A África às vésperas da conquista europeia.

O programa da disciplina África II, por sua amplitude e foco, indica que os discentes serão levados ao entendimento de outras temáticas do continente africano, e desta forma terão melhores condições de perceber aspectos que balizarão representações distintas das que predominam no senso comum da contemporaneidade. Quando comparada com os documentos da disciplina África Colonial, oferecida no DCH IV, observa-se que África II possui como recorte cronológico o período compreendido entre os séculos VII ao XIX, diferente de sua “análoga”, que prioriza os

séculos XIX e XX. Em relação ao formato, ambas destoam por sua disposição e concepção, o que não deve sugerir ao leitor a existência de hierarquias entre uma e outra. Contudo, levando em conta o processo histórico, a disciplina de África II propicia o conhecimento de dinâmicas que levam o discente a compreender os processos das diferentes regiões do continente, e esta é a questão principal que norteia o fio condutor desta discussão, entabulada desde o início destas linhas. A África é mais bem compreendida sob a disposição existente nas ementas e programas das disciplinas África I e II, por sua maior relação com as regiões, período histórico e temáticas.

Sobre o terceiro componente da área **115** África, da matriz curricular dos cursos de História do DCH IV e DEDC II, temos uma maior discrepância decorrente da diferença de objetivos e concepção da História. O terceiro componente do curso de História do DCH IV, intitulada “Diáspora Africana: Religião e Religiosidade” tem a seguinte ementa:

(...) Estuda a formação de cultura negra no processo diaspórico, refletindo sobre a dinâmica das relações e influências recíprocas entre as sociedades africanas e a sociedade brasileira, dando ênfase aos aspectos religiosos.

Claro está que o objeto principal desta disciplina diz respeito aos aspectos relacionados com os espaços geográficos externos ao continente africano, e aqui também se observa que a referida disciplina traz em seu seio a

motivação em estabelecer a história a partir de um olhar pautado no pressuposto da raça.

Por se tratar de um estudo comparativo, relacionado com o argumento de que o ensino superior, no que tange ao modo como é concebido, poderá favorecer a produção de imagens e representações mais próximas ao que de fato é a África. Será importante estabelecer o confronto da ementa acima analisada, com a que subsidia o componente intitulado África III, ofertado pelo DEDC II. Eis o texto da referida ementa:

(...) O tempo contemporâneo: principais polêmicas sobre periodização da História da África. Conferência de Berlim: partilha ou roedura? As diferentes colonizações – governo direto e governo indireto. As Áfricas coloniais. Os nacionalismos africanos: o nacionalismo étnico e o nacionalismo trans-étnico. Formação das identidades nacionais e territórios culturais. O pan-africanismo e as lutas pela independência. As independências: negociações e conflitos. A África pós-independência: as heranças coloniais.

Diferente do texto da disciplina “análoga”, ofertada pelo DCH, África III volta-se completamente para o período posterior aos anos 1880, tomando este como o início da idade contemporânea do continente africano. Observam-se encontros das ementas das disciplinas África Colonial (DCH IV) com África III, pela ênfase no período contemporâneo. Contudo, o formato desta última, quando comparado com o texto da ementa do componente “Diáspora africana: religião e religiosidade”, indica os problemas

decorrentes da concepção histórica que estão presentes no modo de compreender os fenômenos entre os que produziram as ementas. O texto da ementa do terceiro componente que integra o eixo África no DCH IV está mais voltado para as demandas e questões postas por setores dos movimentos sociais negros, direcionando a compreensão do continente africano para um formato mais próximo das representações hegemônicas na contemporaneidade. Os “objetivos” desta disciplina, dispostos no documento da mesma, bem como seu programa, estão perfeitamente alinhados ao texto da ementa, e indicam bem a relação entre estas e as representações que balizam a compreensão posta sob a ideia da raça, e de uma essência que subjaz nos “africanos” e “negros”. A seguir os textos dos “objetivos” e do “programa” da disciplina Diáspora Africana: religião e religiosidade.

116

Objetivos:

(...)

- 1- Discutir as concepções de raça e etnicidade;
- 2 – Analisar o processo de formação de uma cultura negra na diáspora;
- 3 – Refletir sobre as dinâmicas das influências recíprocas entre as sociedades africanas e a brasileira;
- 4 – Discutir a importância da religião de origem africana na construção de uma identidade negra no Brasil.

Programa:

- 1 – Raça e etnicidade: Teorias e debates
- 2 - A Diáspora africana e a formação da cultura brasileira
- 3 - Religiões ancestrais africanas na África e no novo mundo

4 – Religião de origem africana e a construção de uma identidade negra.

O contraste existente entre esta disciplina e África III resultam da concepção que norteia a construção dos eixos. Ambas, quando confrontadas, revelam que os objetivos divergem e tomam caminhos opostos, corroborando para servir as representações dispostas na contemporaneidade. Seria importante uma análise dotada de maior minudência sobre os artigos lidos em ambas, de modo a perceber o continuum existente nos textos dos objetivos, programa e ementa da disciplina ofertada no DCH IV, com as representações que se fundam na raça e numa essência “africana”. Aqui também é fundamental ter em conta o fato de que a análise feita sobre os textos das disciplinas está reduzida a uma universidade, mais precisamente a dois dos seus campi, o que mostra o pequeno recorte em questão. De toda sorte, a comparação serve como referência para indicar que se a concepção histórica do docente for balizada nos pressupostos que compreende a África como o continente habitado por uma raça essencializada, haverá então um reforço para as representações predominantes, corroborando para, de certa forma, manter o continente imerso no contexto do estranhamento entre “representação” e “fenômeno representado”. Não se trata de estabelecer uma disciplina como dotada de uma verdade, mas de compreender como esta, a partir de seus documentos, pode contribuir com a produção de outras

representações, distintas das que predominam na contemporaneidade.

Algumas conclusões

O continente africano é objeto de representações diversas em nosso país. Destas, a maior parte constrói imagens que relegam o continente para contextos em que certamente seus habitantes não se reconhecem. Seja no âmbito da educação básica, nas mídias, ou mesmo nos discursos de parte significativa dos movimentos sociais brasileiros, o continente africano é definido por pressupostos que invisibilizam sua pluralidade, dinâmicas e contexto histórico. Estes processos dificultam o reconhecimento do protagonismo de povos que negociam, fazem guerra, celebram paz, enfrentam processos, operam escolhas... O continente africano é disposto em uma camisa de força identitária que lhe aprisiona, e com isto impede que os brasileiros reconheçam uma África distinta daquela que lhe estabelece como palco de práticas e costumes que sequer existem em seu solo. E neste aspecto, também o ensino superior contribui com tal processo ao recorrer aos discursos que se fundam nas representações que balizam a raça, e que justifica as recorrentes imagens da homogeneidade. 117

A Universidade do Estado da Bahia, no que tange seu pioneirismo em diversos aspectos, traz em seu seio parte das questões relacionadas a este processo, sobretudo quando se observa os documentos das disciplinas dispostas em dois de

seus cursos. É importante analisar o contexto e circunstâncias do debate sobre o continente e suas representações, e de como o ensino poderá contribuir para indicar outras possibilidades neste constante processo de tentar entender os espaços, imagens e fenômenos que nos cercam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Renato. **Danses africaines en Amérique Latine**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Comissão de Defesa do Folclore Brasileiro, 1969.
- ALMEIDA, Renato. **História da música brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1942.
- ALVES, Ana Cristina Araújo. **Contos sobre Ruanda: Uma análise crítica das narrativas sobre o genocídio ruandês de 1994**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC RJ, Rio de Janeiro, 2005.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional. Danças, Recreação, Música**. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos, 1967, 2ª edição.
- BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças. Existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito social**. São Paulo: Contexto, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor. Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil – contribuição a uma Sociologia das interpenetrações das Civilizações**. São Paulo: Pioneira/USP, 1971.
- BASTIDE, Roger. **Imagens do Nordeste místico em branco e preto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- BATHILY, Abdoulaye; MEILLASSOUX, Claude. As relações entre as diferentes regiões da África. In: FASI, El Mohammed; HRBEK, Ivan (Org). **História Geral da África, Vol. III - África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 860 – 879.
- BATSÍKAMA, Patrício. Será Simão Toko um profeta? Uma leitura antropológica. **África(s)**, v. 03, n. 05, p. 53-84, jan./jun. 2016.
- BATSÍKAMA, Patrício. **Tokoísmo. Teologia da libertação**. Luanda: Mayamba, 2018.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 1 – 20.
- CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- CARNEIRO, Edison. **Folguedos tradicionais**. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

CARNEIRO, Edison. **Negros Bantus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CARNEIRO, Edison. **Os Cultos de Origem Africana no Brasil**. Rio Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, série Decimália, 1959.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia. A História entre Incertezas e Inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHRYSOSTOMO, Elba Oliveira. **E tem África na Bíblia? Representações e discursos do continente africano no livro dos cristãos e nos movimentos sociais negros brasileiros**. Monografia (Especialização em Estudos Africanos e Representações da África) – Programa de Pós Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Alagoinhas, 2020.

COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth I; SHAPIRO, Harry I; LEIRIS, Michel; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e ciência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

COSTA, F. A. Pereira da. Folk-lore pernambucano. Subsídios à história da poesia popular em Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXX, parte II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

DEVISSE, Jean; VANSINA, Jan. A África do século VII ao XI: cinco séculos formadores. In: FASI, El Mohammed; HRBEK, Ivan (Org).

História Geral da África, Vol. III - África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 881 – 929.

EVANS-PRIITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

EVANS-PRIITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

FONSECA, Danilo Ferreira da. Cultura, identidade e neoliberalismo na Ruanda pós-genocídio em busca de um novo homem ruandês. **Transversos**. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”. Rio de Janeiro, n.º. 10, Ano 04, p.297-321, 2017.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **Ruanda: a produção de um genocídio**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, PUC SP, São Paulo, 2010.

GEBARA, Alexsander. **A África de Richard Francis Burton. Antropologia, política e livre-comércio, 1861 – 1865**. São Paulo: Alameda, 2010.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 24, p. 68 - 75, 1996.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: ED. UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HEGEL, Wilhelm Friedrich. Introdução à história da filosofia. In: **Hegel – Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 316 – 392.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

HERNANDEZ, Hector Guerra. Afinal, África é patrimônio de quem? Descolonizar o conhecimento como proposta curricular. In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Orgs). **Nossa África. Ensino e pesquisa.** São Leopoldo: Oikos Editora, 2016, p. 31 - 40.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Ébano. Minha vida na África.** São Paulo: Cia das Letras, 2011.

KHAPOYA, Vincent B. **A Experiência Africana.** Petrópolis: Vozes, 2015.

KIMONYO, Jean-Paul. **Rwanda. Um Génocide Populaire.** Paris: Éditions Karthala, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. I.** Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

LEFRANC, Jean. **Compreender Schopenhauer.** Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Selvas, povos primitivos, doenças, fome, guerras e caos: a África no cinema, nas histórias em quadrinhos e nos jornais. **África(s)**, v. 01, p. 81-105, 2014.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Ensino de História, África e Brasil: Entre Conceitos e Estereótipos. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 10, p. 41-69, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Maracatus do Recife: novas considerações sob o olhar dos tempos.** Recife: Edições Bagaço, 2012.

LOVEJOY, Paul. E. **A escravidão na África. Uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações - do século XIX aos nossos dias.** Salvador: EDUFBA/ São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações – Tomo I (até o século XVIII).** Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). **Raça como questão. História, Ciência e Identidades no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 120

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda.** Princeton: Princeton University Press, 2002.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 01, p. 172 – 209, 2001.

MEREDITH, Martin. **O Destino da África. Cinco Mil Anos de Riquezas, Ganância e Desafios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.** Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

NIANE, Djibril Tamsir. Relações e intercâmbios entre as várias regiões. In: NIANE, D. T. (Coord.). **História Geral da África, vol. IV – A**

- África do século XII ao século XVI.** Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 697 – 720.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga.** São Paulo: EDUSP, 1998.
- OLIVER, Roland. **A experiência africana – da pré-história aos dias atuais.** Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1994.
- PEIXE, Guerra. **Maracatus do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Irmãos Vitale, 1980, 2ª edição [1955].
- PÉRIÈS, Gabriel; SERVENAY, David. **Una guerra negra. Investigación sobre los Orígenes del genocidio ruandês (1959 – 1994).** Buenos Aires: Prometeo Libros/ EDUNTREF, 2011.
- PEREIRA, Elha Carlas Marafilhão. **África nas páginas: O continente africano nos livros didáticos de História em Araçás.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Curso de Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Alagoinhas, 2017.
- PEREIRA, Márcia Guerra. **História da África, uma disciplina em construção.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2012.
- RAMOS, Arthur. **O folk-lore negro do Brasil – demopsychologia e psicanálise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- RAMOS, Arthur. **O negro Brasileiro.** Recife: Fundaj / Massangana, 1988 [1934].
- REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Ed. Massangana, 1990, 2ª ed. [1967].
- RICE, Edward. **Sir Richard Francis Burton.** São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular do Brazil, 1879-1880.** Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1888.
- SANTOS, Alexandre. Ruanda: as chagas (ainda) abertas de uma nação. In: GONÇALVES, Jonuel (Org). **África no mundo contemporâneo. Estruturas e relações.** Rio de Janeiro: Garamond; Luanda (Angola): Mayamba, 2014, p. 313 - 351.
- SANTOS, Danielle Santana dos. **Ensino de História da África em Alagoinhas: controvérsias entre práticas e discursos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Curso de Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Alagoinhas, 2018.
- SANTOS, Genilton Nunes dos. **Para desaprender o que não deve ser aprendido: Representações do continente africano no livro didático.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Curso de Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Jacobina, 2013.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação.** Tomo I. São Paulo: UNESP, 2013.

SILVA, Moisés Corrêa Fonseca da. **Os Estudos de África na Historiografia Brasileira (2003 – 2016)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2018.

SILVA, Thaise Alves da. **Guerra étnica, civil ou genocídio? Por uma história de Ruanda!** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Curso de Licenciatura em História – Departamento de Educação – DEDC XIII, Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba, 2017.

SOUZA, Jussara Oliveira de. **A colcha em retalhos: a(s) África(s) e sua(s) representação (ões) nos livros didáticos de História**. Monografia (Especialização em Estudos Africanos e Representações da África) – Programa de Pós Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Alagoinhas, 2018.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400 – 1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 21 – 50.

VANSINA, Jan. **Le Rwanda ancien. Le royaume nyiginya**. Paris: Éditions Karthala, 2012.

YOUNG, Robert J. C. **Desejo colonial. Hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.

NOTAS

ⁱ Prof. Adjunto B da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, campus II (Alagoinhas). Coordenador do Programa de Pós Graduação lato sensu em Estudos Africanos e Representações da África e membro permanente do Programa de Pós Graduação em Difusão do Conhecimento (DMMDC).

ⁱⁱ Sobre Schopenhauer, ver: Lefranc, 2005.

ⁱⁱⁱ O tokoísmo é uma das vertentes do cristianismo surgidas no próprio continente africano, e que deriva dos movimentos existentes na região em épocas anteriores. Aqui há uma complexa questão, diretamente associada as formas como o cristianismo foi reinterpretado e constituído sob outros códigos e sistemas religiosos. O kimbaguismo, surgido no Congo Belga em 1921, pode nos indicar algumas luzes a respeito deste fenômeno e processo. Sobre o kimbaguismo, ver M'Bokolo, 2011, p. 538 - 603. Sobre o tokoísmo, ver: Batsikama, 2016; 2018.

^{iv} Relato de um jovem estudante do curso de licenciatura em História, na UNEB (Alagoinhas/BA), no primeiro dia de aula da disciplina África I, no ano de 2013.

^v Há extensa bibliografia sobre este processo de chegada dos europeus e a instalação das suas feitorias na costa. Perceba o leitor que a ideia de uma dominação europeia sobre o continente africano entre os séculos XV ao XX é decorrente das versões estereotipadas do senso comum.

^{vi} O tráfico árabe muçulmano é muito mais antigo do que sua versão atlântica, e foi responsável pela retirada de milhões de homens e mulheres do continente africano para diferentes regiões das atuais China, Índia, Arábia, dentre outros espaços. Sobre este tráfico, ver, especialmente, M'Bokolo, 2009, p. 211 – 251.

^{vii} Os departamentos possuem siglas, e estas são: DEDC – Departamento de Educação; DCH – Departamento de Ciências humanas; e Departamento de Ciências humanas e Tecnologias.

^{viii} Dois excelentes trabalhos sobre a área de História da África podem ser vistos em Pereira, 2012, e Silva, 2018. O primeiro diz respeito a uma análise sobre o campo, com detalhado estudo sobre os programas, concursos dos docentes, suas formações e pesquisas na área. O segundo é

um estudo sobre os temas da História da África na historiografia brasileira.

Recebido em: 14/01/2020.

Aprovado em: 29/01/2020.

Publicado em: 31/01/2020.